

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 161

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Cezar Silvestri</i>

## Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
31 DE OUTUBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Divanir Braz Palma e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghelhere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 3664

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

respeitosamente, REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 337/2001 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que acresce inciso IV, ao artigo 6º da Lei nº 8933/89.

Sala das Sessões, em 31.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3651

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do jovem Cassiano Barbosa Rizzo, ocorrido no dia 28 próximo passado, em desastre automobilístico.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Luiz Carlos Rizzo e à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada ao jornal O Diário, à Avenida Mauá, 1988 - CEP: 87.050-020 - Cx. Postal 1551 - Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 31.10.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 3660

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da senhora Marciana Alves Ferreira, ocorrido no dia 28 de outubro nesta Capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência a seus filhos Erondina dos Santos e Alziro Alves Castanho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Izauro Trinco, 269 - CEP: 82930-450, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 31.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 571/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre Jones João Tibolla, com sede e foro no município de Colombo-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.10.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre Jones João Tibolla, fundada em 1998, é pessoa jurídica de direito privado, órgão de representação dos

pais e professores do estabelecimento e não tem caráter político, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros, com atuação junto à referida unidade escolar, sediada à Rua Teixeira Soares, 32 - Guaraituba - Colombo - Paraná.

Tem seu estatuto registrado sob nº 503 no Livro 02, datado de 1º de agosto de 1.998, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Colombo - Paraná, sendo a entidade cadastrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº 01.694.560.0001-56.

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre Jones João Tibolla, tem por finalidade:

- discutir, colocar e decidir sobre as ações para assistência ao educando, o aprimoramento do ensino, e para integração da família - escola - comunidade;
- prestar assistência aos educandos assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar;
- integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade;
- proporcionar condições ao educando, criticar e participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização livre em grêmios estudantis;
- representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à escola contribuindo, dessa forma, para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares;
- representar pais, professores e alunos, junto ao estabelecimento de ensino, previsto na deliberação nº 020/91 CEE e resolução ora vigente;
- promover o entrosamento sistemático entre pais, alunos, professores e membros da comunidade, através de atividades sócio-educativa-cultural-desportivas;
- contribuir para a melhoria e conservação de aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios de prioridades, sendo as condições dos educandos fator de máxima prioridade, celebrando para tanto, contratos e/ou convênio com a Administração Pública e organizações não governamentais.

#### PROJETO DE LEI Nº 572/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Profissionalizante Arcanjo Miguel e Agrovila Arcanjo Rafael, com sede e foro no município de Santo Antonio do Sudoeste/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.10.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Escola Profissionalizante Arcanjo

Miguel e Agrovila Arcanjo Rafael, com sede e foro no município de Santo Antonio do Sudoeste/PR.

A entidade em tela é vinculada à Igreja Católica Ortodoxa Siriana do Brasil, Paróquia São Jorge, de Santo Antônio do Sudoeste-PR e não tem fins lucrativos. Trata-se de entidade filantrópica que tem por objetivo colaborar com os poderes públicos e demais entidades educativas, no sentido da solidariedade social. O objetivo geral da entidade é trabalhar com alcoólatras e toxicômanos, reintegrando-os na família e na sociedade. A entidade proporciona aos que dela necessitam, internamento - mínimo de três meses e máximo de nove meses -, trabalhando com o equilíbrio pessoal e emocional de cada interno, deixando-o em harmonia consigo mesmo e com a sociedade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Atualmente a APM da Escola Municipal Padre Jones João Tibolla, realiza inúmeras atividades junto à comunidade, conforme relatório de atividades do exercício 2000, em anexo.

Devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pelas Associações de Pais e Mestres na atualidade, sua diretoria e colaboradores estão solicitando a declaração de entidade de Utilidade Pública, para facilitar as atividades da mesma, inclusive a viabilização de recursos e apoio da comunidade empresarial, bem como de órgãos públicos.

Diante do exposto, segue documentação exigida para a respectiva declaração, na certeza de contarmos com o apoio e aprovação do presente projeto de lei.

É a justificativa.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente e senhores deputados.

É evidente que hoje é um dia de alegria para todos nós paranaenses, porque o governador Jaime Lerner, não obstante o seu ímpeto, a sua volúpia, não conseguiu concretizar o seu desejo de torrar o patrimônio público do Paraná. O último que ele ainda não havia liquidado, que era a Copel.

Então para nós, é um motivo de alegria. E eu, o deputado Pastor Edson, o deputado Marcos Isfer e o deputado Algaci Tulio, fomos ao Rio de Janeiro ontem. É evidente que nós também nos sentimos tranquilos, com a consciência rigorosamente tranquila, porque lá no Rio de Janeiro pudemos comemorar essa decisão. E lá estivemos na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para que, se houvesse essa decisão de vender a Copel, nós estaríamos lá para registrar esse evento em nome do povo do Paraná.

Mas, foi com muita alegria que fomos contactados assim que chegamos ao Rio de Janeiro, dando conta de que as empresas que participavam do leilão não ofereceram a garantia necessária e o governo foi obrigado a

mudar a data do leilão. E depois com a maior cara-de-pau, como lhe é peculiar, o governador Jaime Lerner e a sua equipe de falsários vieram dizer na imprensa que mudaram o leilão da Copel por isso e por aquilo. Uma mentira das mais descaradas desse Governo! porque só não vendeu a Copel, porque a empresa, a única empresa que ainda resta no leilão, não apresentou o valor das garantias exigidas pelo edital de concorrência pública.

Então, senhor presidente, nós do Paraná, observamos hoje por todos os cantos do nosso Estado, esse sentimento de alívio, esse sentimento de alegria do povo do nosso Estado, em que pese ser uma vitória provisória e nós achamos e temos convicção que se transformará numa vitória permanente do povo do Paraná, porque essa decisão será, sem sombra de dúvida, definitiva, e o governador Jaime Lerner não venderá a Copel! Temos convicção disso! Pode ir tirando o “cavalo da chuva”, pode ir engavetando as suas idéias malucas de comprar apoio, porque não irá vender a Copel. Essa derrota humilhante que o governador Jaime Lerner teve, será perpetrada, será efetivada.

Era isso que nós precisávamos, para que pudéssemos manter muito viva a chama do povo do Paraná, para que pudéssemos manter vivo no coração do povo do nosso Estado a esperança que jamais irá morrer! A esperança de nossa gente, do povo do nosso Estado, que lutou, que se manifestou, que disse, que andou, que não quer que esse governador queime, torre os nossos ativos, o nosso patrimônio.

Eu quero aqui, em nome do PMDB, Partido que eu estive lá, no Rio de Janeiro, representando no dia de ontem, representando os meus colegas parlamentares desta Casa, que pertencem ao PMDB.

Nós, do PMDB, junto com os nossos colegas, companheiros de outros partidos, estamos tranquilos, com o coração leve, com a nossa consciência animada, porque nós combatemos o bom combate, e com essa decisão, nos enchemos ainda mais de energia, para continuarmos nessa caminhada.

Quero dizer, senhor presidente, que o governador Jaime Lerner, através de seu líder aqui nesta Casa, deputado Durval Amaral, para dar uma erguida no moral da tropa que anda meia cabisbaixa...

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. passa a usar o horário da liderança do PMDB.

#### O SR. NEREU MOURA

Obrigado, senhor presidente. A tropa governista andava de cabeça baixa, entristecida, porque as promessas se repetem já há 3, 4 anos e nada acontece no “front” e fica todo dito, pelo não dito. E aí o governador, através de seu líder aqui na Casa, disse o seguinte: O Governo vai acatar por terra e por mar, a partir da venda da Copel!

Só se for atacar em retirada porque um governo desmoralizado como é o do governador Jaime Lerner,

não tem moral nenhum apara atacar nada! Tem que ficar, a vida inteira, na defensiva, porque não é somente a Copel que nos move, são muitas e muitas outras bandeiras.

A bandeira da moralidade, que esse governo jogou na lata do lixo!

Ora, senhor presidente, se a Copel tivesse sido vendida hoje, hoje nós estaríamos aqui com as bandeiras que nós desfraldamos pelo Paraná inteiro com relação à moralidade pública que inexistia aqui no Paraná hoje, por conta de um governo marcado por atos de corrupção!

E o que falar do pedágio, dos jogos mundiais da natureza, da falta de política para agricultura, para a saúde, para o funcionalismo público? Que governo é esse que vai estar na ofensiva? Vai ficar aqui, até o último dia, na defensiva, escapando para não enfrentar a verdade, porque a verdade dói!

Então eu recebo as palavras do deputado Durval Amaral como se fosse um jogo de truco, onde ele se encontra com o 4 de ouros na mão, querendo “trucar de facão” para nos amedrontar, como se medo nós tivéssemos de um governador desmantelado, encurralado, entristecido, marcado por desonestidade e por falta de atitudes!

Senhor presidente, munição para nós não falta para podermos desempenhar os nossos mandatos aqui na Casa. Munição não falta para podermos desempenhar aqui, com muita presteza, o mandato que a população nos concedeu e não vai ser um governo titubeante, moribundo, falecido, que está aí nos dias de perder o seu período que irá dar as regras do jogo aqui nesta Casa!

Então, quero deixar claro esta nossa convicção, que é a convicção do nosso Partido, o PMDB. E ainda há mais, senhor presidente e senhores deputados, a decisão da empresa Tractebel de não depositar o valor correspondente à exigência, para poder participar do leilão, que acabou resultando na transferência do leilão, encheu nosso coração de entusiasmo!

A partir de hoje iremos voltar às ruas, iremos percorrer os caminhos que percorremos, iremos às vilas, às fábricas, iremos para as ruas do Paraná inteiro, para levantar, de novo, o povo do nosso Estado, para fazermos de novo uma cruzada por este Paraná afora, para podermos deixar sacramentado que esta decisão que ocorreu ontem deverá ser uma decisão definitiva, uma definição de que o povo do Paraná deverá ser respeitado, porque a Copel não deverá ser vendida, em hipótese alguma!

Então, senhor presidente, deixo clara esta posição, que não é só a posição do PMDB, mas de todos os Partidos que estão firmes nesta luta, em favor do Paraná, do povo do nosso Estado.

Neste minuto que falta, concedo aparte ao deputado Ademar Traiano.

#### O Sr. Ademar Traiano

Agradeço o aparte, deputado Nereu. Mas, gostaria de lhe dizer que as declarações do deputado Durval Amaral, nosso líder, realmente têm procedência.

Em nenhum momento nós recuamos, e com certeza, vamos atacar por terra e por água.

O senhor pode ter certeza de que os nossos cartuchos ainda estão reservados. Nós não nos intimidamos.

Aliás, parece-me que V. Exa. tem vocação para vidente, deputado Nereu, porque eu ouvi muitas vezes pronunciamentos daquela tribuna, quando V. Exa. denunciava que a empresa ganhadora da concorrência Copel iria ser a RWE. Pois bem! Se V. Exa. não, pelo menos a grande maioria dos deputados da Oposição assim se manifestaram. Essa empresa sequer participou ou se inscreveu para participar da concorrência da Copel.

Uma razão para aqui estarmos dizendo a V. Exa. de que as manifestações são vazias. Ora! Dizem em alto e bom som que o preço da Copel está muito abaixo daquilo que ela realmente vale.

Pois bem, deputado Nereu. Uma das grandes razões, na verdade, que as empresas não participaram, não depositaram, é em função do preço mínimo, porque consideram um preço excessivo e que o Governo do Paraná, através do presidente da Copel e secretário da Fazenda, realmente estão fazendo, neste momento, nesta concorrência à Copel, algo que é bom para o Paraná, porque o preço mínimo é reconhecido por todos, a nível nacional, de que é um preço excelente para a privatização da Copel, neste momento.

E V. Exas. vêm dizendo em alto e bom som de que o preço mínimo da Copel é um preço muito baixo. Portanto, mais uma vez se comprova que V. Exa., com certeza, tem vocação para vidente, porque tudo aquilo que disseram até este momento não aconteceu. E nós não estamos preocupados, não. O jogo não terminou.

O Governo do Paraná não depende da Copel para dar continuidade às suas ações, que com certeza vai implementar. Temos consciência absoluta de que um vasto programa de obras está elencado para acontecer a partir de agora, pois já saneamos o Estado, e isto vai acontecer com a maior tranquilidade, porque nós não dependemos da venda da Copel para realizar isto, porque graças a Deus, o Estado está saneado, neste momento.

E não é aquilo que V. Exa. está pregando da tribuna, como se aqui vivêssemos uma grande catástrofe. Estamos projetando a desgraça do Estado do Paraná! Não é bem isto!

O Estado do Paraná é um Estado reconhecida-mente por todos os grandes formadores de opinião pública do Brasil, como um dos Estados referência em nível nacional, uma das economias melhores e uma das economias melhor situadas neste momento, no Brasil.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, os cartuchos que o deputado Ademar Traiano tem, devem ser aqueles de espoleta, que não estoura, só dá um baquezinho para assustar.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO

Mas, já intimidou V. Exa.!

#### O SR. NEREU MOURA

Não, deputado Traiano, nada nos intimida!

**(Passa a usar o Horário das Lideranças)**

Nada nos intimida, porque nós estamos do lado do povo. Não tem conversa grossa, não tem tiro de espoleta.

Nada pode nos intimidar. A nossa força é maior, pois é a força do povo! Não tem urro, grito, não tem fumaça que faça calar a nossa voz, que possa nos assustar!

Então, quero deixar claro a V. Exa. e quero recomendar que quando forem atacar com água, não se afoquem, porque é bem provável que o seu ataque e de seus companheiros por água pode resultar num grande afogamento e nós não queremos isso para os nossos companheiros. Então, nós estamos preparados para desenvolver aqui o nosso trabalho, senhor presidente.

Quero dizer ao deputado Traiano ainda mais. A Copel só não foi vendida, porque o momento internacional indica que não deve ser vendida. A bomba que Bin Laden mandou detonar nos prédios lá em Nova Iorque retraiu a economia mundial.

O mundo está em recessão, tanto que as empresas que estavam cadastradas para comprar a Copel, desistiram.

Dez desistiram, porque se não houvesse aquele atentado, com certeza essas empresas pagariam 8, 10, 15 bilhões pela Copel. Não é que a Copel tenha um valor menor do que 4 bilhões e meio. O fato é que o mundo vive numa recessão econômica por isso que essas grandes empresas desistiram de participar do leilão da Copel. Só não quer ver alguém que está encastelado ali no 3º andar do Palácio Iguaçu e precisa de dinheiro para escapar do afogamento que ele está vendo que está prestes a ser envolvido com a água pelo pescoço, para tapar o buraco da imoralidade e da corrupção que construiu ao longo desse período de governo.

É lógico que precisa vender a Copel, é o único caminho que salva algumas autoridades do governo de ir parar na cela do presídio de Piraquara. É a única maneira! Vender a Copel para tapar o buraco da imoralidade e corrupção!

O deputado Traiano disse: “Não depende vender a Copel”. Pois então, não venda!

Se não depende, por que vender? Demagogia barata, apenas para enganar a torcida!

Senhor presidente, nós estamos aqui mais firmes do que nunca e robustecidos por essa decisão que veio do além.

Parece que foi o Cristo Redentor que nos abençoou lá de cima, para que essa decisão fosse tomada, para que pudéssemos permitir que a Copel continuasse nas mãos do povo do Paraná e que esse governo fajuta, irresponsável, marcado por corrupção, não conclua essa negociata que está desesperadamente querendo fazer.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pequeno Expediente, deputado Augustinho Zucchi.

## O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero fazer um registro dos deputados que participaram ontem de um encontro: deputado Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Orlando Pessuti. Um encontro dos produtores de leite do Paraná, aqui em Curitiba, no Cefet.

O deputado Irineu Colombo esteve participando de um encontro em Goiás das Assembléias Legislativas.

Há uma situação com relação à nossa agricultura familiar, especificamente os milhares de produtores do Paraná que sobrevivem com a atividade do leite. Milhares de agricultores. Agora mesmo estão reunidos lá em Pato Branco cerca de 500 agricultores.

Há uma insistência por parte do Ministério da Agricultura em desconsiderar o que significa a pequena propriedade. Não é possível o preço praticado da forma como está. Leite importado fazendo uma triangulação pelos países da América do Sul e entrando aqui no Brasil. Não há um preço mínimo que garanta a oportunidade dos produtores de continuar produzindo. Aqui é difícil um trabalhador comprar um quilo de queijo, mas lá é fácil para o produtor produzir 10 litros e vender a 0,17 centavos. E agora, o Ministério da Agricultura edita uma portaria que exige tudo, resfriamento do leite, transporte em tanques isotérmicos, apenas durante três horas, para que o leite possa ficar armazenado na propriedade. Uma exigência que não é possível exigir dos agricultores, pagando esse preço.

Há CPI's em seis ou sete Estados. Aqui foi feita uma fatídica Comissão dos Supermercados. Nada averiguou. O relatório teve divergência entre o presidente, o relator, o sub-relator. Até não sabemos qual foi a conclusão. E sabe o que está acontecendo com os supermercados? Estão cartelizando tudo! Como vamos explicar aos nossos agricultores que não podemos editar mais uma CPI para averiguar a questão do leite? E como vamos dizer sobre o relatório? Qual é o resultado? É difícil!

Temos que nos posicionar. Pedi ao senador Osmar Dias para que coordenasse uma comissão para conversar com o Ministro da Agricultura, porque os agricultores vão às lágrimas, não é possível isso! Compraram resfriador, compraram vacas, fizeram investimentos e infelizmente, caiu o preço! São milhares de agricultores que têm esta atividade como atividade de sobrevivência.

Temos que fazer a nossa parte. Tivemos aqui mais de 700 agricultores. É um grito de desespero! Sabemos o que significa isso. Uma das únicas atividades para quem não está integrado com aves e suínos, uma das únicas atividades ao pequeno produtor que resta à renda mensal. Se não pudermos garantir isso aos nossos produtores, com certeza, haverá grande número de pequenos produtores deixando essa atividade.

Precisamos ter uma posição. Precisamos fazer alguma coisa nesse sentido. Devemos fazer um esforço conjunto para ajudar os nossos produtores.

Caro presidente Irineu Colombo, é com relação ao adiamento do leilão da Copel. Sei que se fala muito em preço de quatro bilhões, cinco bilhões, por que deixaram de depositar. Na verdade, acho que é difícil estabelecer um preço para Copel. Há dados internacionais, que dizem que a região onde estão situadas nossas hidrelétricas é a região que tem a maior constância de chuvas do planeta. Quanto é que vale isso? Não tem cálculo que possa calcular o valor real da Copel!

E se o preço, deputado Traiano, de quatro bilhões e pouco não é um preço que represente o verdadeiro valor da Copel, não pode ser levado em consideração, pelo fato de as empresas não quererem participar atualmente do leilão.

As empresas não estão participando atualmente do leilão, porque há um sentimento além disso, que ninguém está levando em consideração. Há candidato a presidente da República que enviou correspondência oficial às empresas, dizendo o seguinte: "que se a Copel for comprada e esse candidato vier a governar o Brasil, vai fazer o possível para retomar a Copel".

Há candidato aqui do Paraná, com grande possibilidade de chegar ao governo do Estado, que também fizeram essa mesma proposição. Será que isso não pesa, obviamente, para o investidor internacional? Claro que pesa! Será que não pesa para o investidor internacional saber da forma como foi efetuado o processo e quanto por cento da população no Paraná está contra a privatização da Copel? Claro que isso pesa também.

Não é um processo pacífico, não é um bingo, um sorteio. Estão vendendo uma empresa que a população não concorda que seja vendida!

Acho que nós, agora, independente da posição não há veredicto com relação a essa questão, ainda: mas nós que estivemos aqui na batalha para que a Copel não fosse vendida, vamos sim, vamos mobilizar as nossas lideranças; vamos fazer uma trincheira política no Paraná; vamos trabalhar diuturnamente, para que o leilão não seja apenas suspenso por dez, quinze dias, mas para que a Copel não seja vendida, deputado Algaci Túlio.

Devemos convocar a população do Paraná, devemos levar a população do Paraná ao último ato derradeiro e cívico em defesa da nossa Copel!

Acho que o nosso papel é debatermos sim, já que há não só controvérsia jurídica; o que existe de mais agravante nessa questão da Copel é o sentimento pátrio, cívico; o sentimento puro da população do Paraná, que diz não!

E tenho certeza absoluta, parece-me que ontem o Paraná entraria de luto se houvesse a confirmação do leilão.

Nesse momento, poderia ter certeza absoluta, haveria sim, no Paraná e quem subestima isso está enganado haveria no Paraná um sentimento da população pela venda da Copel.

Pois bem, é esse sentimento de esperança que a população tem, que ainda possa ser revista a questão da

Copel, que move as ações políticas que devem ser tomadas neste momento. E acho mais, independente de Situação ou Oposição, o governador deveria ajudar os deputados que aqui sofreram, para apoiar a sua intenção e vender a Copel. O governador deveria, como executivo do nosso Estado, num ato de patriotismo, num ato de que o Governo só se justifica quando atende os interesses da população, chamar para si essa responsabilidade e dizer “não”.

Aliás, ele é o último dos moicanos. Os deputados aqui também não falam. Não falam porque é óbvio, todo mundo sabe que o governador, que é o último a permanecer nessa teimosia, nessa irresponsabilidade, não sei qual o adjetivo que pode se dar a isso - quem sabe poderia o governador tomar a decisão, enquanto governador mesmo do Estado, pois não conheço governador sem representar a população.

O governador pode não representar 50% da população, pode não representar 30%. Não representar 90% da população, é mole? É claro que fala para as paredes! O que o governador falar no Palácio, não vai ser ouvido.

Então, acho que o governador, como disse várias vezes que era um social democrata, que jamais permitiria a venda da Copel, poderia retomar para si essa responsabilidade e dizer: “Olha, realmente, não é momento de vender a Copel, e não vamos vender a Copel”. Até porque, como disse o deputado Traiano, o governo tem elencado uma série de propostas e projetos que não dependem da venda da Copel.

Então, por que vender a nossa Copel?

Eu acho que é por aí!

Quem sabe voltamos, deputado Caíto, a ação é inclusive de sua autoria, quem sabe voltamos aqui, a ter a responsabilidade de rediscutir esse assunto aqui na Assembléia, e temos que fazer sob pena de a população fazer por conta própria.

Deputado Waldyr Pugliesi, gostaria de lhe dizer uma coisa: “Tem deputado que fala aqui que o povo não está ligando para isso”.

“Mas, em uma festa no interior, por exemplo, eu sei de um jegue que o povo comprou e ofereceu no microfone, para um deputado que vendeu a Copel”

E o deputado, saiu de fino da festa, dizendo que o povo não está ligando para isso!

Ora, o povo está ligando, sim! Quem imagina que o povo é esquecido desse fato, está iludido, porque o neurônio da população não funciona do almoço até o jantar, como muitos querem pensar. A população, quando agredida em seu sentimento, quando agredida na sua dignidade, reage, e quem menospreza a reação coletiva da população, comete um engano, deputado Caíto.

Por isso, acho que o governador poderia poupar os nossos companheiros deputados, e tomar para si essa responsabilidade, como governador do Paraná.

Ostentar o título de governador do Paraná, é dizer não! Não é o momento de vender a Copel. Até porque, só

ele que está falando nesse momento, que o momento é de vender essa empresa.

Muito obrigado pela sua complacência, com relação ao nosso tempo.

Obrigado aos senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Irineu Colombo**)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Augustinho Zucchi, a minha primeira palavra, é para você:

“Coitado do jegue, não merecia isso!”

Falaram que em uma festa aí no interior, compraram um jegue e segundo o deputado Augustinho Zucchi, deram ele de presente, para determinado deputado. Coitado do jegue!

Senhor presidente, eu estava ouvindo com atenção, o pronunciamento em aparte, do deputado Traiano.

Interessante! O deputado Traiano, e isso eu tenho aqui, o testemunho de muitos deputados que o ouvem no interior, e ele diz o seguinte: “Nós precisamos vender a Copel, para realizarmos as obras aqui nos municípios que vocês estão pedindo”.

Agora, hoje estou surpreso, ele está falando que mesmo não vendendo a Copel, esse governo vai fazer muita coisa, está fazendo muita coisa. E ouvi aqui também, a promessa do governo, de partir para o ataque.

Mas o governo, deputado Traiano, já está atacando faz tempo!

Lembro-me que ele fez um ataque ali na rodovia Ponta Grossa-Curitiba e depois do ataque o Antonio Tavares estava morto.

Inclusive, o Noiemayer veio aí para fazer um memorial. Atacaram ali na rodovia, e o Antonio Tavares, aquele trabalhador, foi assassinado.

Atacaram firmemente o sem-terra que estava aqui. Chutaram a pouca comida que aqueles deserdados da sorte, mas conscientes politicamente, tinham aqui ao lado.

Lá em Maringá, o governo atacou, através do Joel Coimbra. Atacaram um professor da UEM. Ele estava reivindicando reposição salarial, meteram a mão na cara dele. É o Governo no ataque!

Agora há pouco o próprio governo do Estado, mais uma vez em um “rega-bofe” que a classe dominante fez aqui, sabe, um festival pentagruélico de forrar as tripas, o governador, ele mesmo, atacou o vereador Fábio Camargo.

Quero me solidarizar com o vereador Fábio Camargo. Ele foi agredido pelo governador, sabe por quê? Porque ele dissentiu do Governo! Porque ele e o Partido dele, onde está o ex-secretário do Governo! Porque ele e o Partido dele, onde está o ex-secretário Giovani Gionédís, dissentiram do Governo e chegaram à conclu-

são, como a grande maioria do povo do Paraná, que não se deve vender a Copel.

Pois bem, o Governador sai da sua majestade ou pelo menos da majestade do cargo, e vai agredir um vereador da Câmara Municipal.

Vocês que são mais novos, imaginem o que é que esses fizeram no tempo da ditadura, quando a imprensa não publicava tudo aqui que ela queria publicar, imaginem o que essa filhotagem da ditadura fez por esse tempo todo!

Então o Governo está no ataque, está no ataque, também, de nervos. Não é? Está muito preocupado, porque aquilo que o deputado Traiano, nosso querido companheiro, afiançou que não precisam vender a Copel!

Deputado, V. Exa. precisa afinar o discurso, porque no interior diz: olha, a nossa salvação é vender a Copel, porque vamos trazer dinheiro aqui. Aliás, o deputado Caíto Quintana, com o trabalho de jovens advogados, falará certamente a respeito do brilhante parecer que o desembargador Clotário Portugal Neto deu ao mandado de segurança impetrado por ele, onde ele arrebenta com a argumentação daqueles que aqui neste Plenário, depois de terem votado na CCJ a favor da constitucionalidade e da legalidade do projeto de iniciativa popular, vieram aqui e tomaram outra posição. Eu nunca vi, na primeira votação, quando você tem que examinar a legalidade e a constitucionalidade do projeto, você, que sabe que é constitucional e que é legal, você votar contra!

Então, senhores deputados, o deputado Traiano falou que eles sanearam o Estado. Acho que foi um auto-sanearamento. Sabe, eles mesmos se infeccionaram administrativamente, estavam à beira de uma septicemia - que é uma infecção generalizada -, porque eles estavam sendo atacados pelos Jogos Mundiais da Natureza, pelo Banestado, pela Ferroeste, pelos salários, pelas reposições que não vêm, pelas palavras empenhadas e que não são cumpridas, e agora eles sanearam o Estado.

Mas que bom! Eles se automedicaram, então! O Estado estava sadio, ficou doente pela ação própria e deletéria deles mesmos, e agora eles sanearam! Não é isso que o povo está dizendo! Reposição salarial de 50,03% não vêm! Estão dizendo que se venderem a Copel está tudo solucionado.

O problema da caspa no Paraná: olha, se vender a Copel, não tem mais caspa. Não tem dor de dente, não vai ter mais unha encravada neste Estado, se a gente vender a Copel! Isso é brincadeira, gente! Falaram isso dos royalties de Itaipu, segurança, habitação, escola, creche e não sei o quê.

Onde estão os royalties de Itaipu? O que fizeram? Precisaram vender o banestado, porque segurança, casa, comida, emprego, tudo estaria resolvido. Resolve nada!

Deputado Traiano, olha, eu sei que os neoliberais, que elegeram a Argentina como a coisa mais bela do mundo, venderam tudo lá, como querem vender aqui. Estupraram a Argentina, jogaram a Argentina no chão, está destruída. Deputada Serafina Carrilho, quem des-

truiu a Argentina foram esses fundamentalistas neoliberais que jogam tudo para baixo. Eles querem demitir o Estado. O Estado não pode ter vez, não pode ter presença aqui. É preciso que se tire o Estado para vir a chopinzada tomar conta de tudo! Tudo aquilo que tantos fizeram pela Copel, agora vamos transferir para um punhadinho de poucos! Por que não fazemos um projeto de lei aqui e damos de presente a Copel, por exemplo, para o Donato Gulin?

Talvez, nós estejamos, neste momento, até fazendo com que ele não tenha tanto trabalho de aparecer aqui em horas incertas na Assembléia. Por que não fazemos esse projeto de lei? Vamos dar a Copel!

Olha, gente, este Paraná, com qualquer resultado, porque estou intimorato, sem medo. No ataque ao patrimônio público, construído com tanto sacrifício, querem atacar, querem tomar conta de tudo, da biodiversidade, das águas dos rios, das usinas, mas eles não podem tomar conta das nossas cabeças, não podem tomar conta dos nossos sentimentos. Porque eu acho um absurdo o que estão fazendo, vão para o interior e dizem que todos os problemas serão resolvidos se venderem a Copel. Quem vai ganhar com isso? Muita gente, muita, relativamente, vai ganhar.

Olha, uma palavra de ordem: cancela já! Essa deveria ser a palavra de ordem das Oposições: cancela já. Nós fizemos uma luta danada para repor as eleições nas capitais, fomos para as praças públicas organizarmos, mobilizarmos o povo para termos eleições dos prefeitos das capitais, dos governadores, do presidente da República.

Agora, a Oposição deveria, em cima disso que está acontecendo, se tomar mais uma vez do vigor - tão necessário para ter essa palavra de ordem: cancela já! diretas já e já no passado! Cancela já! Nós não queremos nós do Paraná, acima dos partidos, essa é uma proposta paranista. Para que vender a Copel? Para satisfazer esse grupelho minoritário, isolado do Palácio Iguaçu? A troca do quê?

Estou cansado de ver risos irônicos em bocas enganosas anunciando a morte da Copel. Não me conforme com isso.

Senhor presidente, acho que a nossa luta valeu a pena. O poeta Fernando Pessoa dizia: "tudo vale a pena quando a alma não é pequena"...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Permite-me um aparte?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Pois não.

O SR. PRESIDENTE **Irineu Colombo**)

Deputado Ângelo Vanhoni, infelizmente estamos no pequeno expediente e não é possível o aparte.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Deputado Vanhoni, V. Exa. terá a oportunidade de fazer o seu aparte, que eu gostaria muito de recebê-lo,



quando o companheiro Caíto Quintana estiver na tribuna, no Horário do Grande Expediente.

Eu agradeço a atenção de todos.

Obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Antes que encerre o seu tempo, eu gostaria que V. Exa. discorresse rapidamente porque V. Exa. é um homem que veio do interior e conhece muito as questões do nosso interior. O senhor falou chupinzada. É em relação àquele pássaro, o chupim?

O SR. WALDYR PUGLIESI

É sim

É chupim mesmo, mas vamos ficar por aí! São aqueles que usam o dinheiro público, é aquele que vai para o ninho do tico-tico. A chupinzada aí no Palácio Iguçu.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, deputado Irineu Colombo, demais deputados.

Certamente que o dia 30 de outubro vai ficar marcado para todos nós, principalmente os paranaenses e por que não dizer os brasileiros, como um dia muito especial. Pelo menos eu assim o considero.

No dia de ontem o Lalau voltou para a cadeia. No dia de ontem os deputados federais, senadores, o ministro Malan, o ministro Pratini, a Confederação da Agricultura, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, numa reunião memorável conseguiram chegar ao entendimento e finalmente se estabeleceu a renegociação de uma dívida de muitos e muitos anos que vinha complicando a vida dos agricultores deste País.

Uma notícia maravilhosa! Lalau foi para a cadeia, os agricultores do Brasil inteiro tiveram a oportunidade de renegociar as suas dívidas depois de amargarem por cinco, seis anos aquela notícia maravilhosa que lá atrás o governo federal fez, foi renegociar a dívida dos bancos dos Estados, mas deixaram os agricultores sofrendo.

E também, no dia de ontem, outra notícia maravilhosa - o leilão da Copel foi adiado! Eu até não sei bem ao certo, senhor presidente, é uma questão que os nossos juristas, as pessoas que entendem, o nosso fórum, os nossos senadores poderão averiguar para verificar se ele foi adiado ou se ele foi cancelado; ele deixou de acontecer porque, no nosso entendimento se até as 18 horas ninguém depositou a caução, quer dizer, aquele leilão estava cancelado, não tinha mais o que mexer nele, então é uma questão a ser averiguada, porque as notícias inclusive, dando conta do adiamento do governo, que a Bolsa tinha adiado, olha, foi difícil se obter essa informação.

Eu me lembro que conversava com o deputado Waldyr Pugliesi por volta quase das 19 horas. No meu gabinete estava o Silvestre e o Nelton, e eram quase 19 horas e o deputado Nelton ligou para companheiros dele, pessoas altamente informadas no Rio de Janeiro e que estavam lá e que ainda não tinham muita certeza.

Então, parece que de repente até o adiamento pode não ter acontecido. Então, o dia de ontem foi certamente uma maravilha! Lalau foi para a cadeia. Agricultores tiveram as suas dívidas renegociadas e o leilão da Copel não aconteceu.

E o dia de hoje também marca muito para nós, porque certamente prevaleceu o Dia das Bruxas e não o dia dos bruxos, meu amigo deputado Traiano, inclusive daquele bruxo que veio num jatinho lá da Bahia e que enfrentou problemas parece, para aterrissar aqui em Curitiba. Então, não foi hoje o dia dos bruxos, não. Os bruxos do Palácio, os bruxos que o Palácio costuma trazer aqui não deu certo e prevaleceu o dia das bruxas aqui no Estado do Paraná e no Brasil.

Outras coisa que eu queria hoje com muita expectativa comemorar - eu li ontem em matéria de quase página inteira, no jornal O Estado do Paraná a entrevista do nosso colega, líder José Durval Mattos do Amaral. O Durval Amaral dizia: - a partir de amanhã, que é hoje, o discurso vai ser diferente e eu estou aqui desde as 14 horas e vinte e cinco minutos aguardando, esperando e torcendo que o Durval Amaral chegue, ele está no Rio de Janeiro, mas dá tempo de chegar ainda, para que ele apresente o discurso diferente. Talvez seja o discurso de que daqui para a frente a Copel não vai mais ser vendida mesmo e que os deputados vão atender aos reclamos da população.

O deputado Traiano disse, num aparte que ofereceu ao deputado Nereu Moura, que o preço mínimo estabelecido para a Copel foi o grande empecilho para o leilão, porque é um preço mínimo alto.

Olha, deputado Traiano, eu confesso que fiquei muito preocupado com esta afirmação de V. Exa.

Esse preço mínimo já é uma vergonha, não por ser um preço mínimo alto, por ser um preço mínimo vil, achatadíssimo e não somos nós que dissemos isso. Está aqui escrito e assinado no despacho e relatório, que fez o eminente juiz federal Friedmann Whentap, que diz o seguinte, em um de seus parágrafos: "No anexo 04 do edital da venda da Copel está a lista dos imóveis não operacionais da Copel e se vê que o valor médio deles foi fixado, em nove mil reais, quantia que causa espanto, pois não se vê ordinariamente imóveis com valor tão ínfimo. Diga-se: O Código de processo Civil atribui ao juiz, no artigo 335, poderes para aplicar a sua decisão, a experiência que deflui, do que ordinariamente acontece."

Decididamente não é ordinário que imóveis sejam tão baratos. Por exemplo, na Usina Parigot de Souza - se não me falha a memória é a usina aqui do Capivari, me confirme o deputado Edson Strapasson -, vejam só o preço mínimo, que o deputado Traiano está dizendo que é

alto! Na Usina Parigot de Souza há imóvel a ser destinado pelo Governo do Estado, a projeto turístico, que tem 155 mil m2 e está avaliado por pouco mais de oito mil reais!

Ora, são quase sete alqueires, os 155 m2, que quando são de terra ruim - diz o juiz -, mas muito ruim, valem dois mil reais cada, o que daria perto de quinze mil reais, ou seja, quase o dobro da avaliação oficial.

Na Usina Bento Munhoz da Rocha, um total de dois milhões, 344 mil, 220m2, dividido pela área do alqueire paulista, cerca de 234 hectares, cem alqueires, está avaliada em 64 mil reais. Esse é o preço mínimo, que o deputado Traiano diz que é alto, impedindo que o leilão acontecesse.

Além disso, senhores deputados, é bom que façamos uma reflexão e sei que será o Grande Expediente do deputado Caíto Quintana. Lembro-me que no dia 20, quando a Sessão foi instalada, questionávamos o presidente acerca daquele Sessão, se era uma nova Sessão, porque entendíamos que era a continuidade da Sessão do dia 14 e do dia 15. Questionamos a substituição do deputado Custódio pelo deputado Nelson Justus e outros questionamentos foram feitos. Naquela oportunidade, lembro-me que foi dito, aqui: Se não concordarem conosco, com a nossa decisão, que se procure a Justiça!

Agora, ainda há pouco, eu conversava também com o deputado Traiano. Ele dizia: Não, mas isso daí é uma ingerência da Justiça, do Poder Judiciário no Poder Legislativo. A decisão do Plenário é soberana. A decisão da Presidência tem que prevalecer!

Aí, devolvi o seguinte questionamento a ele: por que é que o mesmo tratamento, então, não se dá, de dizer que esta Assembléia é soberana e não se coloca para discutir e votar o Projeto de Decreto Legislativo 0701, que cancela o Decreto 4313, da Secretaria da Educação? Lá, a liminar da Justiça foi acatada por este Legislativo e, evidentemente não corre a questão da votação do 07 e agora vem a decisão da Justiça dizendo que uma nova Sessão tem ser feita e o deputado Traiano está dizendo que a Justiça está interferindo na Assembléia.

São coisas que nós não podemos concordar e não podemos aceitar, porque isto não contempla o conjunto daquilo que devem ser as decisões desta Casa, que devem ser decisões democráticas, decisões obedecendo à risca o Regimento e a Constituição e quem tiver o maior número de votos vence e quem tiver menor número de votos perde a votação, mas tudo dentro daquilo que diz o Regimento e a Constituição, e não daquilo que pretende este ou aquele deputado desta Casa!

Devo dizer finalmente, que o Paraná, o governador deste Estado, os deputados deste Estado e o Poder Judiciário deste Estado deveriam se espelhar naquilo que está acontecendo em Goiás, onde uma tutela antecipada proíbe a venda da companhia de energia, daquele Estado.

E Minas Gerais, onde os deputados estaduais, com o apoio do governador Itamar Franco, editam e promulgam uma Emenda à Constituição, obrigando e estabele-

cendo que, para vender a companhia de energia, antes tem que se fazer uma consulta popular, um plebiscito e aqui sequer conseguimos colocar, apesar de todo o esforço de todos os deputados, em especial do deputado José Maria, sequer conseguimos colocar para debate, uma proposta que instituiria plebiscito.

#### O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Anunciamos a presença nesta Casa, em nome do deputado Bazílio Zanusso, do vereador Luiz Tavares Rosa, presidente da Câmara Municipal de Engenheiro Beltrão, do senhor Osmar Lopes do Rosário, presidente do PSB municipal, e de Adão Gomes Fontana.

Concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin, último deputado inscrito no Pequeno Expediente.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Ontem nós usamos a tribuna, no Pequeno Expediente, num forma até de despedida da Copel e hoje não poderíamos deixar de voltar aqui a manifestar a nossa alegria.

Há uma conversa que um secretário, de peso-pesado do governo, convidou da Bahia, um pai de santo que joga búzios, que foi no Palácio Iguazu, jogou os búzios e disse que a tempestade do governo já passou, a Copel será vendida e o governo vai folgar. Olhe, pai de santo, acho que perdeu a viagem. Acho que ele perdeu a viagem, porque possivelmente o governo terá que refazer o edital.

#### O Sr. Luiz Carlos Zuk

Deve ser o mesmo pai de santo de Álvaro Dias.

#### O SR. NEIVO BERARDIN

Já que V. Exa. falou em Álvaro Dias, esse também entrou com uma ação, um agravo na Justiça Federal em Porto Alegre e as esperanças são enormes. Diz que a ação é muito bem fundamentada e a esperança existe de que a Justiça Federal suspenda as pretensões do governo de ainda querer vender a Copel.

Agora vejam: o mundo está perplexo, o mundo está em recessão, o mundo está vivendo um momento ímpar na sua história, porque tivemos aquilo que todos sabemos, em Nova Iorque.

Agora, querer vender uma empresa num momento desses é até uma afronta a qualquer um que tenha um pouco de visão do que é o mundo globalizado e o que representa o atentado de Nova Iorque a situação que estão as Bolsas de Valores, que caem todo dia. E evidentemente estamos vivendo uma recessão, tanto na indústria, como no comércio. A sociedade mundial está em marcha lenta. E não é o momento para vender uma empresa como a Copel.

Agora, se quer o Governo capitalizar o Parana-previdência, coloca as ações da Copel no Parana-previdência, ou coloca o lucro da Copel no Parana-previdência, que estaremos resolvendo o problema do Parana-previdência!

Agora, por que é que o governador assinou um decreto dizendo que 70% das ações da Copel, se vendida, irão para o Parana Previdência? Sabe por que ele assinou aquele decreto?

É porque nós alertamos aqui, que não é obrigado por lei colocar os 70% no Parana Previdência. E quando ele viu que ficaria numa posição desconfortável e que alguém, aqui, poderia apresentar uma lei para obrigar o governo a colocar os 70% do Parana Previdência, ele imediatamente assinou um decreto. Sabemos que um decreto não tem a validade de lei!

Então queria mais uma vez reatificar essa nossa posição de dizer que todo o trabalho é compensado e recompensado. Nós trabalhamos duro aqui na Assembleia Legislativa para evitar a venda da Copel. E continuaremos trabalhando e venceremos. Esses discurso e essas palavras foram ditas naquela Sessão de 23 horas, naquela dia que nós acreditávamos que algo faria com que esse governo não desse a Copel. E estamos ainda com a mesma esperança.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Passamos para o Grande Expediente.

Com a palavra o senhor deputado Caíto Quintana.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Senhor presidente e senhores deputados.

Inicialmente, senhor presidente, um agradecimento, pois nada paguei, nem sequer poderia pagá-lo.

Gostaria de agradecer ao escritório de advocacia do doutor Cláudio Daledone Júnior, ao doutor Márcio Ofmaster, ao doutor Guilherme Ferraz Levin e ao doutor Eduardo Ribeiro Caldas, que em meu nome impetraram mandado de segurança contra a Sessão da Assembleia Legislativa que votou o projeto de iniciativa popular. E tivemos a felicidade, no dia de ontem, de recebermos uma liminar concedida pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, uma decisão colegiada, anulando aquela Sessão. Anulando, por quê, senhor presidente e senhores parlamentares? Se tomarmos a Ata daquela Sessão, veremos que nenhum fato novo está sendo anunciado, aqui, Inúmeras questões de ordem durante aquelas 30 horas de Sessão foram levantadas no sentido de questionar procedimentos regimentais e constitucionais na votação do projeto de iniciativa popular.

Primeiro, senhor presidente e senhores parlamentares, o que nós não conseguimos entender nesta Casa é que a Constituição de 1988, quando instituiu a Ação Popular, o projeto de iniciativa popular, na verdade introduziu no processo Legislativo das Câmaras, do Senado, das Assembleias um procedimento novo de lei, porque até então o voto na democracia representativa era exercido por representantes eleitos pelos Partidos que, tomando assento nos Legislativos, legislavam em nome do povo.

O projeto de iniciativa popular criou um dispositivo constitucional no qual, regulamentado pela nossa Constituição Estadual de 99, diz: “Havendo assinatura de 1% da população”, dos eleitores do nosso Estado, “dividido, no mínimo em 50 municípios pode-se dar início ao procedimento de uma lei.” E a nossa Constituição abriga um dispositivo que em todo procedimento, desde a votação, na Assembleia, tenha que haver o acompanhamento do primeiro subscritor em nome dos demais subscritores do projeto de iniciativa popular.

O que não foi entendido, deputado Waldyr, é que em momento algum o parlamentar assume a autoria do projeto de iniciativa popular! No projeto de lei ordinária, de lei complementar, nestes dois projetos, principalmente, a Mesa ao receber o projeto o recebe com encaminhamento suficiente ou então faz a leitura: - “Projeto de lei de autoria do deputado fulano de tal, deputados que apóiam. Apoiado.” Neste momento o projeto passa a fazer parte da Assembleia Legislativa, do conjunto dos 54 deputados. O projeto de iniciativa popular não, a iniciação dele se dá pela aceitação da Mesa e a conferência que tem 1% de assinaturas do povo, dividido em 50 municípios e estipula que um desses representantes tenha que acontecer. Quando é que ele aconteceu? Quando é que ele acompanhou?

Então, na hora de questionar a liminar, a Assembleia Legislativa terá que apresentar a notificação que alguém tenha sido notificado para acompanhar e não acompanhou!

O nosso Regimento Interno diz que um deputado pode, a qualquer momento reassumir o seu mandato mas um outro dispositivo do Regimento Interno diz que o deputado não pode se ausentar do recinto do plenário durante o processo de votação e que não pode votar em matéria que não tenha acompanhado a discussão.

Aqui nesta Casa houve a substituição de um parlamentar durante o processo de votação, na interrupção de uma reunião!

E eu questiono, a Assembleia terá uma Ata, para mostrar ao Tribunal, que houve a interrupção da Sessão? Não tem! Não tem! Nós temos uma série de requisitos e mais, contestados, como por exemplo, a votação em definitivo e o arquivamento do projeto de iniciativa popular na primeira votação, quando a ela, pelo Regimento, determina que se aprecie apenas a constitucionalidade! Ora, o projeto de iniciativa popular tem a sua constitucionalidade apreciada pela própria Casa que só pode aceitá-lo se ele vier revestido dos preceitos que a Constituição determina. Portanto ele é constitucional, ele não poderia votar no seu mérito e arquivar, na primeira votação!

Senhor presidente, senhores deputados. No dia de ontem estive nesta Tribuna e lembro aos senhores, para dizer uma coisa: queria marcar a posição do dia que antecipava a venda da Copel, como um momento de alegria ou um momento de tristeza para a maioria dos paranaenses. Mas que ficasse registrado nos Anais desta Casa que o governo Lerner foi o que menos aplicou na Copel e um

Governo que já dilapidou 84% das ações que possuía o Estado na Copel. Hoje tem apenas 31.8%, já vendeu 50% e, não contente, estava tentando dilapidar o resto do patrimônio público!

Esta alegria ou este desespero quanto ao retorno do leilão, daqui a uma semana, deputado Algaci Tulio, eu vou profetizar uma coisa aqui: - Não volta a vender! Uma empresa, presume-se não seja uma empresa fajuta, se ela não depositou 400 milhões de reais, na véspera, para participar do leilão, como é que colocaria 5 bilhões, no dia de hoje às 10 horas da manhã? Se essa empresa não tinha os 400 milhões e não quis depositar ontem, não vai depositar a semana que vem porque o Governo não entende que dois bilhões de dólares podem representar a falência de qualquer empreendimento multinacional num mal negócio aplicado num instante indevido.

Além do problema dos Estados Unidos, vivemos, aqui, com a vizinha Argentina, a proximidade do calote da dívida externa de mais de 150 milhões de dólares! Isto reflete no mercado! As ações da Copel, só ontem, caíram 4,5%, e só o Governo não enxerga!

Não vai vender a Copel, deputado Tony Garcia! Não retoma nenhuma empresa! E este leilão não saiu porque não houve investidor! Não houve investidor! E o senhor Ingo Hoffmann e o senhor Salomão, que diziam há quinze dias atrás que teria 70% de ágio, hoje estão falando que o ágio está embutido e está se prevendo que a Copel não poderia ir para leilão por mais de 3 milhões e pouco, porque não terá comprador!

Ora, minha gente! Deus permita que esta Sessão de revogação da lei que autoriza a venda da Copel seja efetivamente confirmada e que nós tenhamos que votar, aqui, de novo, porque, se o Governo for insensato a ponto de querer vender nesta hora, haverá de sobrar aos parlamentares a condição de tranquilidade para mostrar que alguns não querem vender nunca. Mas, até aqueles que querem vender acreditam que não é este o momento de vender. Não é hora! O investidor está ausente dos mercados! As bolsas de valores estão fechando em baixa. As ações estão caindo. E nós estamos correndo atrás, com o pires na mão, procurando uma empresa que queira salvar, na verdade, as finanças do Paraná, combatidas por um Governo mau administrador, mau gerente da coisa pública, que indiscutivelmente já atolou no que podia, com o presente e o futuro deste Estado!

Concedo aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

Deputado Caíto Quintana, gostaria de contribuir um pouco com a análise que V. Exa. fez, sobre dois aspectos.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à decisão do Tribunal de suspender a votação da Assembleia Legislativa do dia vinte. É um argumento utilizado pelos advogados. Acho que tem toda a razão de ser. O senhor entenda o seguinte: por que é que o Regimento Interno da Casa e a Constituição prevêm a iniciativa popular do

ponto de vista legislativo, como algo novo? E se é algo novo, ele tem toda uma natureza de tramitação diferenciada.

O deputado estadual, quando entra com um projeto na Assembleia, a CCJ pode analisar este projeto e dar o parecer de inconstitucionalidade sobre ele, e pedir o arquivamento deste projeto. O deputado tem o recurso de, no plenário, submeter um requerimento ao Plenário da decisão da CCJ e apreciar no plenário, em primeira discussão, a constitucionalidade ou não.

Suponhamos que o Plenário diga “sim”, isto é, diga que o projeto tem constitucionalidade, contrariando o parecer emanado pela Comissão de Justiça. O projeto pode ser, realmente, de natureza inconstitucional. No entanto, a Assembleia Legislativa tem, ainda, o poder do Plenário, soberano, para aprovar o projeto. O governador pode sancionar o projeto, publicar em diário oficial e qualquer cidadão do Estado do Paraná pode argüir a inconstitucionalidade desta lei aprovada na Assembleia Legislativa e ganhar nos Tribunais de Justiça, tanto do Estado do Paraná, quanto da União.

Esta é uma prerrogativa do ponto de vista da constitucionalidade.

Perceba, presidente, a natureza do processo que está diferenciado, da iniciativa popular. O deputado que apresenta um projeto que é inconstitucional, sobre quaisquer aspectos que a Comissão de Justiça argüir a inconstitucionalidade deste projeto, o deputado pode, no mês seguinte, porque não foi apreciado na Casa, alterar textos do projeto e parágrafos do projeto e entrar com um novo projeto na Assembleia Legislativa, um mês depois!

Agora, perceba a iniciativa popular: são cem mil assinaturas coletadas, com título de eleitor e processo. Quer dizer, é uma demanda popular. Por isso que é previsto que a Comissão de Justiça tem que notificar as incorreções do ponto de vista da constitucionalidade do projeto, porque não há possibilidade de que as 100 mil, 20 mil pessoas, - difuso coletivo - tenham as mesmas prerrogativas de detentores de mandato para alterar o processo a seu bel-prazer um mês, 15 dias, uma semana depois. É por isso que o Regimento Interno determina que a Comissão de Justiça notifique os autores, para que, antes que o processo venha à discussão, sejam corrigidas as distorções.

Por isso que os advogados estão plenos de razão, e eu acho que o desembargador assim está.

Gostaria de contribuir com mais um aspecto, agora relativo à Copel.

O presidente do Vale do Rio Doce, junto com o Grupo Votorantim, se não me engano foi esse grupo que fez uma parceria chamado Maromba.

Conversando com os amigos, hoje na hora do almoço, eu não sabia o que significava a palavra maromba.

Tem origem, também nessas pessoas que praticam halterofilismo e que colocam injeção para aumentar a musculatura, então chamam ele de marombeiro. E, tam-

bém, maromba é aquele trapezista que fica na corda bamba, mas vulgarmente, na gíria, é aquele que dissimula, aquele que faz-de-conta.

Então, na realidade, é aquele que dissimula.

O Grupo Votorantim e Vale do Rio Doce constituíram um consórcio para participar do leilão da Copel e colocaram o nome de Maromba, exatamente, para rir de todos nós, porque é um consórcio de faz-de-conta.

Vejam o que disse o presidente da Vale do Rio Doce, ontem numa entrevista coletiva:

“A Companhia Vale do Rio Doce pretende investir 2 bilhões de dólares na geração de energia elétrica nos próximos 6 anos.” A informação é do presidente da empresa Roger Agnelli, em entrevista coletiva, no final da tarde de ontem. A empresa já participa de quatro projetos, tem outros seis em andamento e está avaliando novas alternativas, entre as quais as usinas de Belo Monte, Serra Quebrada e Estreito.

A avaliação de Agnelli é que a geração de eletricidade será, ainda, um bom negócio, pois é a única alternativa do País, para manter o setor em crescimento. Se não der retorno, não haverá abastecimento, justificou. Agnelli disse que a Vale analisou a possibilidade de compra da Copel, mas o preço mínimo fixado pelo governo paranaense ficou acima do que a empresa estava disposta a pagar. A Copel foi “dividida”, segundo Agnelli, em sete áreas de negócios, na avaliação do Dresdner Bank, para o governo do Estado do Paraná.

Agnelli considerou que a fatia da geração estava quase no preço correto de mercado.

O setor de distribuição, porém, estaria muito caro, na sua avaliação e ele reiterou que a empresa não participará do leilão reprogramado, para o dia 6, caso o governo paranaense não reveja o preço mínimo.

O que está acontecendo com o governo do Estado do Paraná?

Se a imprensa está noticiando isso, tem outra matéria na Folha de São Paulo, exaustiva, de uma página, e outra na Gazeta do Povo de hoje. As empresas no Brasil inteiro estão agora pressionando o governo do Estado do Paraná, para que rebaixe o preço do patrimônio público dos paranaenses, para comprar sob qualquer preço, aquilo que é do Estado do Paraná!

Deputado Caíto Quintana, será que nós, paranaenses, será que o doutor Francisco Cunha Pereira, que é um homem que sempre advogou as causas paranistas, como os royalties de Itaipu, pelo prejuízo que trouxe a barragem de Itaipu em território paranaense, pela drenagem de energia elétrica que é mandada para São Paulo, será que a Associação Comercial, será que a sociedade com suas forças vivas representadas, vai aceitar que o Governo do Estado cometa este crime que está prestes a cometer se efetivar o leilão agora, no dia 12, aceitamos esse jogo das empresas que estão forçando abaixar o preço estipulado pelo Estado do Paraná?

A argumentação do deputado Ademar Traiano é cheia de sofismas. É verdade que a RWA estava toda mar-

cada para comprar a Copel; só se retirou por causa da crise mundial que aconteceu posteriormente. É verdade que o preço está super avaliado. Mas é verdade também que não há compradores. E todos sabem que o governo Jaime Lerner está determinado a fazer este crime contra a economia do nosso Estado. As empresas que têm capital estão agora açodadas para que o governo abaixe o preço para comprar pelo menor preço.

Pasmem, a Copel poderá ser comprada por 3 bilhões de Reais. Menos de um bilhão e meio de dólares!

Deputado Caíto Quintana, V. Exa. está de parabéns ao abordar essa linha correta de argumentação sobre os problemas que o Estado do Paraná terá com a privatização da Copel.

Gostaria de sugerir a V. Exa., que é autor da ação que no dia 20 suspendeu o processo de votação. Que a gente assine já um requerimento para que o presidente da Casa aceite já a liminar da Justiça, e na semana que vem, abra o processo de votação de iniciativa popular que proíbe a venda da Copel.

Muito obrigado!

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

O Regimento Interno é uma coisa sábia, estudada. Ele vem de uma somatória de outros regimentos. Por que ele diz que na primeira discussão não pode arquivar um projeto?

Sei que V. Exa. presidente, não pode responder, mas seguramente vai entender a minha argumentação.

Por exemplo: aqui na ordem do Dia tem um projeto em primeira discussão do deputado Geraldo Cartário, com parecer favorável na CCJ. Se eu quiser entrar com uma emenda sobre o projeto, posso entrar hoje? Não, Vossa Excelência vai me dizer, como a Mesa tantas vezes disse, na primeira discussão só se vota a questão de constitucionalidade. A emenda tem que entrar na 2ª discussão.

Ora, se o projeto foi votado hoje na primeira discussão, rejeitado e arquivado, está se limitando o direito parlamentar dos 53 deputados de apresentar uma emenda ao projeto, porque ele nunca chegará na segunda discussão, que é a hora de se apresentar as emendas, inclusive para melhorar o teor do projeto. Pode-se rejeitar a constitucionalidade no primeiro turno? Pode! Pode tudo fazer. Não pode votar o mérito, porque não abre o espaço da correção do projeto na segunda votação, através das emendas de plenário, dos parlamentares! É por isso que está equivocado.

Para concluir, no dia de ontem fiz uma afirmativa que hoje seria um dia triste para o Paraná. Feliz para alguns e triste para 95%.

Hoje, tenho certeza absoluta, que está comemorando 95% do povo do Paraná. Apenas meia dúzia de interessados na dilapidação do patrimônio público do Paraná estão tristes. E muito de cabeça baixa, porque está indo ralo abaixo a expectativa de poder pressionar prefeiri-

tos a mudarem de partido para poder sustentar eleições não tão seguras aqui nesta Casa.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Gostaria de dar as boas-vindas ao prefeito Lacir Dionísio Guil, ao vice-prefeito e seus acompanhantes, do município de Missal. Sejam bem-vindos!

Ainda no Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhores presentes nesta tarde.

Antes de abordar o assunto que é desejo nosso, gostaria de fazer uma reflexão aqui sobre o afirmado pelo deputado Orlando Pessuti. Ele pôs em questão, na sua fala, se o leilão foi suspenso ou se ele já se encontra inválido. Por quê? Uma das premissas para que o leilão pudesse continuar prevalecendo era que as empresas precisariam aportar 400 milhões na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, até às 18h00 da data de ontem. É uma condição do edital, deputado Caíto.

A Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, comunicou ao Governo do Estado, logo após receber a notificação da Justiça Federal, e só às 18 horas e 09 minutos, portanto vencido o horário de cumprir um dos mandamentos do edital, é que o Governo do Estado encaminhou à Bolsa de Valores, dizendo que estava adiando o leilão.

Ora, esse edital foi descumprido numa das suas peças. E é bom que possamos deitar estudos sobre essa questão e verificar se existe só uma suspensão ou se realmente o edital não tem mais prevalência.

Quanto à afirmação feita aqui pelo nobre deputado, hoje respondendo pela condição de líder do Governo, Ademar Traiano que o preço foi excessivo, nós já sabíamos que esse seria o argumento do Governo. É como as raposas, deputado Nereu Moura, quando não alcançam o seu objetivo afirmam que as uvas estavam verdes”. E assim que vai comportar por mais algum tempo a Bancada do Governo, dizendo e afirmando que a Copel estava superavaliada e portanto, não encontrou interessado para a sua aquisição.

Mas, voltarei ao meu pronunciamento a respeito; não podia ser outro, da Copel.

Decisões ligeiras e claramente encomendadas a nível local, não mudarão os fatos e documentos que provam ter sido organizada, no interior da Copel e do Governo do Estado, uma verdadeira arapuca, especialmente montada para beneficiar um grupo de ex-diretores, altos funcionários e protegidos do governador do Estado.

Nesta Casa a Oposição, por várias e diversas vezes, denunciou com veemência, mas nada adiantou. Os argumentos aqui apresentados não foram suficientemente fortes para sensibilizar os deputados que compõem a Bancada do Governo, mas tínhamos a consciência de

que, mais cedo ou mais tarde, restaria provado pelo Poder Judiciário, que essas pessoas, com orientação da presidência da empresa e de dirigentes de sua própria assessoria jurídica, montaram, pacientemente, nos últimos anos, um descarado esquema criminoso, com o enriquecimento na privatização da Copel.

A estrutura deste esquema, poderia ser resumida nos seguintes pontos; e aqui me permitam fazer um processo de elucubração, para poder chegar àquilo que hoje se pretende; uma venda rápida e ligeira da Copel.

1º) um número ainda não perfeitamente conhecido de empresas, foi criado com recursos humanos e financeiros da própria Copel.

Inclui-se aí, as 32 empresas que hoje a Copel tem parte, ou é parceira, como querem afirmar.

2º) Em todas essas empresas, diretores da Copel, seus familiares, altos funcionários do Governo e empresas ligadas ao esquema político do senhor governador, foram admitidos como sócios, que embora, individualmente, minoritária, mas reunidos em conjunto, exerciam o controle efetivo das empresas.

3º) Violando, desrespeitando a Lei 866/93, essas empresas, tal qual uma Tradener, foram contratadas sem qualquer processo licitatório ou mesmo simples tomada de preço informal, para prestar serviço ou constituir parceiras com a Copel.

4º) Em quase todos esses contratos, a Copel se viu obrigada a vários compromissos, comercial e economicamente lesivos ao interesse público e à própria Copel.

Sem enumerar, deputado Algaci Tulio, que em quase todas eles tinha uma cláusula de confidencialidade.

Não sei se lá na Copel tem algum padre para fazer confissão, mas aqui tem uma cláusula, em quase todos esses contratos, de confidencialidade.

E o que é pior! Quase todos incluem uma cláusula de multas rescisórias, extraordinariamente elevadas, que premiariam seus sócios com milhões de reais, caso a Copel viesse a rescindir!

5º) Como ocorreu no caso da Tradener, com os senhores Luis Alberto Blanchet e Walfrido D'Ávila, dirigentes de uma empresa ligada à empresa pública Copel, participaram ainda no exercício de suas funções profissionais, da criação de sociedades, nas quais, eles próprios, através de outras empresas, no caso da DGW, figuravam como acionistas, e em muitos casos, vieram posteriormente a dirigir.

Há casos, senhores deputados, ainda, em que os beneficiários cruzam-se nas empresas, uns são sócios de outros, e vice-versa.

6º) Como outro caso similar pode ser citado, o da Escoeltric, que possui contratos milionários firmados sem licitação com a Copel e de cuja criação participaram, entre outros, o senhor Ademar Curi da Silva, ex-gerente da empresa, e hoje, da Braspower, ou da Usina de Araucária, ou da PCH, de Foz do Chopim, para cuja construção foi contratada também sem licitação, a empresa do pai do diretor-superintendente da Copel Geração, Luiz

Fernando Leone Viana, entre muitos outros casos escabrosos, se nós tivermos a oportunidade de fazer um levantamento nas empresas que compõem essa “teia de aranha da corrupção”.

7º) O mais revoltante, é que todo arcabouço jurídico desse esquema, presume-se foi montado dentro da área de assessoria jurídica da própria Copel, cujos recursos humanos e conhecimentos técnicos, foram habilmente utilizados para gerar toda sorte de contratos lesivos à própria empresa, e que por isso mesmo, foram mantidos longe do acesso público através de um data room, e era normal quando um deputado da Oposição, quando alguém quisesse alguma informação, a respeito de alguma ação do Governo, sistematicamente, a Situação não dava número para aprovação e o conhecimento dessas informações nunca chegava ao deputado ou aos deputados. ter acesso era necessário dispor de 35 mil dólares à vista. Tanto é que o Senge ganhou na Justiça o direito de fazer visita por sete dias ao data room, para que pudesse tomar conhecimento.

Só mediante um ato na Justiça, deputado Marcos Isfer, pode se ter a oportunidade de ir conhecer os dados de uma empresa que estava para ser entregue, hoje estão vendo nas condições nas quais ela está sendo entregue.

Também pela mesma razão, senhores deputados, tal como denunciam ações judiciais que os presidentes dos Tribunais de Justiça do Paraná e Federal da 4ª Região não consideram relevantes, todas as perguntas sobre as subsidiárias que ficaram sem respostas na audiência pública do dia dois de agosto, último.

8º) Mais revoltante é que o chefe dessa assessoria jurídica, brilhante advogado, depois de trabalhar, ao mesmo tempo, para a Copel e para os sócios da Copel (entre os quais para a DGW), por fim aposentou-se. E o seu escritório particular foi premiado, sem licitação, com a defesa de ações com valores superiores e quase quatro milhões de reais, além das que a sociedade presentemente move para tentar barrar este festival de escândalos em que se transformou o processo de privatização da Copel.

E aqui a razão de não conseguirmos entender, mesmo no momento adverso, mesmo no momento em que os próprios interessados adquirintes não têm condições de aportar o necessário para a aquisição da Copel.

9º) Ocorre que, para prosperar esse esquema milionário, depende quase que desesperadamente, de que a Copel seja privatizada o quanto antes, pois que com a proximidade do fim do Governo, todos estes crimes, irregularidades e seus responsáveis seriam denunciados pelos próprios funcionários ou pelas investigações da Assembléia Legislativa em uma nova composição, em uma nova fase, em um novo compromisso com a sociedade, e com um Governo novo, com certeza, com a ajuda dos paranaenses, levaria a cabo.

10º) Privatizada a Copel, sonham os beneficiários do esquema, estaria pelo menos afastada a possibilidade de que a empresa continuasse sob a incômoda fiscalização do Poder Público e restariam duas possibilidades: na

primeira, o novo controlador escolheria romper os contratos com as subsidiárias-fantasmas e pagar as altíssimas multas rescisórias que os próprios beneficiários incluíram nos contratos, resultando em seu enriquecimento ilícito e sem forma de, no futuro, alcançá-los, porque ficaria líquido, ficaria justificado tanto as suas ações, como o dinheiro que, com certeza, embolsariam; na segunda hipótese, buscaria persuadir os novos controladores a manter em vigor esses contratos milionários - no entanto danosos à sociedade paranaense, porque no final quem paga a conta é o próprio consumidor, é a própria sociedade - ameaçando-os com a atenção que seria despertada caso eles optassem pela rescisão. E também com a possibilidade de que, divulgado o fato e o esquema, a pressão da sociedade levasse à anulação judicial do processo de alienação, o que sem dúvida terminaria por envolver os novos controladores, causando prejuízos não apenas financeiros, mas à própria imagem empresarial.

12º) Mantidos os contratos com estas ameaças, o novo controlador não teria outra alternativa senão tornar-se, de fato, um cúmplice de maracutaia, ajudando a destruir provas e procurar ocultar eventuais indícios.

13º) O esquema estaria funcionando perfeitamente se a opinião pública paranaense não tivesse se insurgido contra a privatização e boa parte da imprensa, como também desta Casa, representado no grupo que se opõem à venda da Copel, ainda que visivelmente a imprensa, submetida ao controle do Palácio Iguaçu não tivesse, por exemplo, investigado o caso da Tradener e dado possibilidade de que a sociedade pudesse ver, no caso da Tradener, a ponta do iceberg das empresas que compõe a teia, a rede, hoje, de forma, de vazamento de recursos da Copel.

A liminar do juiz José Roberto Pinto Júnior, suspendendo os contratos entre a Tradener e a Copel, devido à desobediência aos princípios normativos, dos atos e fatos administrativos, quer sejam aqueles encartados na carta Magna, quer sejam aqueles descritos na lei de licitações.

14º) Esta decisão sugere o óbvio: mesmo se fosse necessário realmente vender a Copel, o que nós não concordamos, mas concorda o deputado Traiano e outros tantos nesta Casa, e que nós respeitamos, e mesmo se o processo de privatização estivesse rigorosamente correto (o que, se for verdadeiro, ficará certamente provado, não importa se antes ou depois do leilão), mesmo assim seria impossível proceder à alienação sem, em primeiro lugar, cumprir o que estabelece a legislação sobre a privatização, que as empresas serão escoimadas de todo o crédito, de todo contrato ilícito, todo o contrato em que lhe tragam prejuízos ao seu funcionamento e à geração das suas atividades.

E isso não foi feito porque essa gama, essa rede de empresas hoje pertencentes ou associadas à Copel, fazem parte do que possibilita a dilapidação do patrimônio público, a exemplo do que nós vimos o lucro que ocorreu em 2000, e o lucro, com certeza, que está para ser publicado no ano de 2001, onde a Copel, nos meses deste ano,

está a apresentar um lucro de 89 bilhões de reais, enquanto que no período anterior produziu um lucro de 430 milhões de reais.

Mas, por quê? Em função dessa rede de empresas que está a sugar a atividade produtiva e os resultados da própria Copel!

15º) Por isso muita gente estranha e ligeiramente tem se afigurado a forma como autoridades que deveriam estar, em primeiro lugar, preocupadas com a lisura, a legalidade, a transparência e a correção dos processos licitatórios, têm se mostrado aparentemente desinteressadas em conhecer fatos que fazer corar de raiva e vergonha todos que deles têm tomado conhecimento, inclusive aos juízes de primeira instância que têm, com fundamentados pareceres, optado, na dúvida, pela cautela com a coisa pública e não pelo interesse do Poder Executivo.

16º) Tal ligeireza e superficialidade, além de constituir-se em grave falta ao cumprimento da função constitucional, revela a falta da necessária isenção da imparcialidade que caracteriza os próprios símbolos do Poder Judiciário em nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Senhor deputado, a Mesa pede que V. Exa. se encaminhe para a conclusão do seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Ficará prejudicado no seu conteúdo, mas vou procurar fazê-lo.

Por tudo isso, enganam-se redondamente os que esperam que o leilão, que deveria ocorrer hoje, sepultaria os fatos e levaria a sociedade a esquecer estas negociatas. Enganam-se também os que esperam lucro fácil do motim (?) do patrimônio público. Enganam-se ainda mais os que esperam sair impunes, com os bolsos cheios e as contas permanentemente abastecidas com o furto do trabalho de todos os paranaenses.

Senhor presidente, V. Exa. me cortou o som, e eu lhe consulto se posso usar o Horário do PDT, da Liderança do PDT.

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Na verdade, o tempo seria de 15 minutos. V. Exa. já passou dos vinte minutos.

O Horário do PDT está concedido a V. Exa.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Obrigado!

Cedo ou tarde, os fatos e os contratos lesivos sairão das tumbas, para onde mãos lépidas, sem sequer analisá-los e empurram-nos, nos últimos meses. Insepultos e clamando por justiça, os fatos apontarão seus autores e cúmplices para que a verdadeira justiça se faça e o povo do Paraná se veja livre daqueles que, desde 95 para cá, formaram-se a zombar do povo e dos seus interesses maiores.

Aos possíveis compradores da Copel, nossa recomendação final, porque não é minha, apenas nossas, mas

ela já está estampada numa ação em que os partidos - PPS, PDT, PMDB, PT e mais três senadores e lideranças firmaram no sentido de que não deixarão com que estas questões sejam esquecidas...

**O Sr. Augustinho Zucchi**

Deputado José Maria, V. Exa. me concede um aparte apenas para dar uma notícia?

**(Assentimento)**

Deputado José Maria, acabamos de receber uma notícia veiculada neste momento na imprensa nacional, que o diretor da empresa Tractebel, da Bélgica, anunciou neste exato momento a sua desistência oficial do leilão da Copel.

Era esta a notícia que gostaria de dar.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Já era esperado, deputado.

Nem os futuros pretendentes a comprar, que acho que cada vez vai ficando menor, não se aproveitem das fraquezas e vilezas de nossos atuais governantes, pois estes em breve poderão mudar de endereço e até de País. Pensem eles o suficiente e consultem seus acionistas antes de aventurarem a chafurdar junto com aqueles que buscam, de forma impensada, levar o patrimônio público do Estado do Paraná ao lodaçal, antes que os próprios estejam lá e que este Estado antes um Estado financeiramente equilibrado, um Estado com transparência, um Estado que pulsava o desenvolvimento e o progresso, hoje pela própria afirmação das lideranças governistas, é um Estado que está quebrado e que precisa vender sua melhor empresa.

Para concluir, senhor presidente, acima de tudo é necessário alertar aqueles que desejam locupletar-se com o dinheiro público, que há muito tempo um paranaense nativo, um cacique, afirmou: "Esta terra tem dono". E quando ele afirmava "Esta terra tem dono", com o dedo em riste ele mostrava o chão paranaense. E é bom que aqueles que tentam chafurdar-se com o governo, saibam que esta terra tem dono e que desta terra faz parte a Copel.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)**

Horário das Lideranças: PL, PST, PSL, PT, PPB, PFL, PSDB, PTB e PPS. Horário da Liderança do Governo.

**(Declinam)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.



Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3664, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 337/2001, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que acresce inciso IV, ao artigo 6º da Lei nº 8933/89, alterada pela Lei nº 9884, de 26 de dezembro de 1991 (ICMS), conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 108/2001, de 13.08.2001)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 337/2001

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 337/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, acresce inciso IV, ao artigo 6º da Lei nº 8933/89, alterada pela Lei nº 9884, de 26 de dezembro de 1991, criando imunidade para o ICMS nas operações com embalagens destinadas ao acondicionamento e transporte de ovos e aves.

A imunidade é limitação ao poder de tributar do Estado, não sendo necessário que a matéria seja tratada por meio de lei complementar, caso da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989.

A imunidade é matéria afeta à competência da Assembléia Legislativa nos termos do artigo 53, inciso III da Constituição Estadual, que assim dispõe:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;”

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 337/2001

#### P A R E C E R :

#### Relatório

O presente plano de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo acrescentar inciso IV, ao

artigo 6º da Lei nº 8933/89, alterada pela Lei nº 9884, de 26 de dezembro de 1991 (ICMS), conforme especifica.

#### Fundamentação

Tal proposição já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 3º, do artigo 3º do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão consulta aos interesses da comunidade, tendo em vista os significativos benefícios que trará à população economicamente menos favorecida, assim como tornará o preço dos ovos mais competitivo em relação a outros Estados da Federação.

#### Conclusão

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.2001.

(a) ADEMIR BIER  
Presidente e Relator

#### ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, com sede em Dois Vizinhos e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC.**

Em votação.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, vamos votar contrários a esse projeto, porque ele está esvaziando o Núcleo de Laranjeiras do Sul. O prefeito de Quedas do Iguaçu diz que não tem interesse de participar desse núcleo.

Encaminhamos contrário a este projeto de lei.

#### O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Aedmar Traiano e, em seguida, ao deputado Waldyr Pugliesi.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, gostaria de pedir a compreensão dos senhores deputados, até porque o deputado Litro não está presente. Que retirássemos hoje da votação e na segunda-feira conversaríamos com ele para encontrar uma outra alternativa.

Que suspendêssemos a votação do projeto, hoje.

#### O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Já está em processo de votação, o projeto.

#### O SR. CEZAR SILVESTRI

O deputado Pessuti, junto comigo e também com o deputado Nereu Moura, e, se não me engano, o deputado

Renato Adur, há alguns anos criamos a Região Administrativa de Laranjeiras do Sul.

Foi uma grande luta, para que conseguíssemos a sanção, por parte do governador, naquela ocasião. É uma conquista do povo de Laranjeiras do Sul, e agora, estamos vendo alguns deputados esvaziando este núcleo, trazendo um prejuízo muito grande para o município de Laranjeiras do Sul.

Por isso, o nosso encaminhamento também, da mesma forma que encaminhou o deputado Nereu Moura e também tenho certeza absoluta que falo aqui em nome do deputado Pessuti, é contrário à aprovação desse projeto.

Queremos que seja votado hoje, e não concordamos com o adiamento solicitado pelo vice-líder do governo.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, a Liderança das Oposições encaminha contrariamente à votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Em regime de votação.

Os deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

À pedido do deputado Ademar Traiano, vai se proceder à verificação de votação.

O projeto está reprovado.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, verificação de votação.

Senhor presidente, eu lhe pergunto, como questão de ordem, se há quórum suficiente para a votação do projeto.

Por isso, estou solicitando verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Irineu Colombo)

Solicito ao 1º secretário que faça a contagem dos presentes.

Há vinte senhores deputados presentes no plenário.

**Não há quórum para deliberação, apenas para prosseguimento da Sessão.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 3661, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3660, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, comunico que amanhã, dia 1º de novembro, a Sessão será para trabalho nas comissões e anuncio a mesma Ordem do Dia, com exceção do item 08, que será em 2ª discussão, para segunda-feira à hora regimental.

Levanta-se a sessão.

### Pedido de Adesão:

#### PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

ILOANA MARIA LEONARDO, matrícula nº 40314, Rua Nilton Ivan Buskei, nº 100, Bairro Campina do Siqueira, Curitiba - PR, CEP 80740-540, com remuneração mensal estimada R\$902,81, CPF nº 479.287.009-72, Telefone 339-1819, lotação na Coordenação de Atas, data de nascimento 06.05.62,

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 200, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de N.061.

Curitiba, 30.10.2001.

(a) ILOANA MARIA LEONARDO